

Encaminhado no dia 14 de setembro de 2007 para Rosaly <rosalyfk@trieste.fapesp.br>

Preservação digital: uma preocupação para os editores de periódicos científicos no Brasil

Miguel Ángel MÁRDERO ARELLANO
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict
miguel@ibict.br

Os periódicos eletrônicos estão deixando de representar apenas uma extensão da versão impressa, para serem uma garantia do acesso à informação científica, e projetos de criação de arquivos de *e-journals* continuam aparecendo. Esta sendo provado que as publicações periódicas são mais facilmente acessíveis nas novas mídias eletrônicas (via WEB), assim como que esses formatos podem dar algum tipo de garantia de que estarão disponíveis por muito mais tempo. Pensar na necessidade de preservação dos periódicos eletrônicos significa capturar o valor do artigo eletrônico quanto às ligações que ele possui: gráficos e bases de dados multimídia. São elementos que têm se tornado partes intrínsecas da moderna literatura científica. As publicações científicas de universidades e instituições de pesquisa estão adotando os arquivos de acesso abertos, porque a informação que elas produzem está na sua maioria, em formato digital, o que facilita a sua transferência, a transposição do problema da obsolescência da informação científica e a criação de um espaço para a produção e armazenamento dos documentos digitais dentro da própria instituição. Trata-se da garantia da existência de um avançado conjunto de serviços no qual está incluída principalmente a questão da preservação digital*. No modelo atual de publicação científica, a preocupação dos responsáveis pelas bibliotecas e centros de informação está na centralização dos periódicos em mãos de poucas bases de dados, que detêm o acesso e o controle das publicações, sem permitirem o direito a reter cópias digitais nas suas próprias instituições. A preservação digital de periódicos eletrônicos está dirigida especialmente a assegurar que seus conteúdos poderão ser acessados sempre de alguma maneira. Os gerentes das bibliotecas precisam reconhecer que a preservação dos objetos digitais é uma forma de gerenciar riscos e um direito ante um possível descumprimento de acordo com as editoras e donos de bancos de dados. A preservação deve ser considerada uma extensão da missão das publicações científicas com vistas a preservar o conhecimento de uma área e justificar os recursos conseguidos para suas atividades. A solução que está sendo sugerida por vários grupos de pesquisadores é que sejam construídos repositórios digitais fora do controle dos editores e provedores de bases de dados comerciais para os periódicos assim como para outros tipos de publicações científicas. Um dos projetos direcionados a esse objetivo é o Lost of Copies Keep Stuff Safe (LOCKSS) da Stanford University. O método de arquivamento

desse projeto está direcionado a conservar a integridade das publicações eletrônicas mantendo cópias em vários endereços eletrônicos (*sites*), conferindo periodicamente todas as cópias para verificar a congruência da informação armazenada. LOCKSS procura minimizar o grau de impacto que um desastre possa causar em um único arquivo digital (Stanford University Library). Uma metodologia como a do LOCKSS é muito importante para os países em desenvolvimento, onde a maioria das instituições carece de financiamento para as atividades relacionadas com a preservação digital de publicações científicas. Algumas iniciativas de preservação digital de periódicos científicos têm optado pela metodologia da migração cíclica. Em 1996, a American Geophysical Union criou um fundo para a manutenção e atualização das versões eletrônicas dos periódicos da área. Também a American Astronomical Society usa parte do dinheiro arrecadado com as assinaturas para financiar os processos de migração da versão eletrônica da sua publicação a cada cinco anos. Várias instituições nos países desenvolvidos têm financiado projetos para a criação de repositórios digitais de periódicos eletrônicos. Preservar periódicos eletrônicos é uma responsabilidade dos editores e das bibliotecas depositárias. A aplicação de alguma das metodologias mencionadas dependerá da política de preservação que elas tenham. No caso das editoras que não permitem que nenhum dos seus autores e leitores copie e deposite versões dos artigos originais em repositórios institucionais, eles estão declarando a sua responsabilidade pela preservação e o acesso aos artigos a longo prazo. Alguns casos apresentam mais características restritivas ao acesso quando os editores provêem acesso temporário apenas a arquivos criptografados, criando maiores dificuldades de recuperação caso a editora quebrar ou fechar. No uso de programas proprietários e que podem tornar-se obsoletos, os editores enfrentam o problema de que a decisão de autorizar a migração para um novo formato não entre em conflito com os direitos autorais aceitos pelos autores dos artigos. Grandes bases de revistas como a Elsevier já manifestaram a promessa de manter os arquivos originais preservados. O arquivamento do e-journals é uma das tarefas editoriais que precisa de uma política clara para a criação de cópias arquiváveis. As cópias em papel estão diminuindo como opção de *back-up* e o fator da redundância não é considerado por muitos editores. As editoras de universidade americanas com auspícios de instituições de fomento como a Mellon Foundation têm trabalhado em projetos com editores individuais e por área de conhecimento, para estudar as principais características das mudanças que as versões eletrônicas envolvem e as ferramentas de software mais apropriadas para o arquivamento dos seus originais. No caso específico de periódicos científicos de acesso aberto, quando o editor permite aos autores o auto-depósito da versão final dos autores como suplementos da versão final em repositórios digitais, essas versões não substituem os originais. Os suplementos auto-depositados servem apenas para prover o acesso imediato e contínuo para aqueles que não tem como pagar o acesso à versão final propriedade o editor. Eles não servem como mecanismo de

preservação da versão oficial, mesmo que eles cheguem um dia a servir para ajudar para isso também. Segundo Stevan Harnad**, entre 10% a 20% dos todos os periódicos científicos no mundo já possuem algum tipo de política de auto-depósito para as versões suplementares, mesmo esses periódicos precisam enfocar os objetivos reais da preservação para as suas versões proprietárias originais. Está crescendo o número de soluções para criação e gerenciamento de periódicos de acesso aberto, com isso os editores científicos não precisam se preocupar com a necessidade de aumento da visibilidade, uso e impacto dos seus conteúdos. A preocupação desses editores com a preservação recai agora nas potencialidades dessas soluções com relação ao arquivamento das versões originais.

Notas

* Lígia Café; Bianca Amaro de Melo; Elza Maria Ferreira Barboza; Eny Marcelino Nunes; Miguel Ángel Márdero Arellano. Repositório Institucionais: nova estratégia para publicação científica na Rede. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2003, Belo Horizonte. Mídia, Ética e Sociedade, 2003.

** Stevan Harnad. Comunicação pessoal, Belém (PA), em 09.07.07.